

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2022**

DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FIBROSE QUÍSTICA

MORADA: Rua Mouzinho de Albuquerque, 45

LOCALIDADE: Vila Nova de Gaia

FREGUESIA: Santa Marinha

CODIGO POSTAL: 4400-231

CONCELHO: Vila Nova de Gaia



(O Contabilista-Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Vila Nova de Gaia, _____

Vila Nova de Gaia, _____

ASSINATURAS: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FIBROSE QUÍSTICA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 502533250

Moeda: (valores em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	156,35	364,86
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	9.1	656,75	545,75
		813,10	910,61
Ativo corrente			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	9.2	16 390,00	13 080,00
Diferimentos	9.4	29,69	165,27
Outros ativos correntes	9.3	2 110,03	38,74
Caixa e depósitos bancários	9.5	81 613,84	92 413,97
		100 143,56	105 697,98
Total do ativo		100 956,66	106 608,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9.6	259,91	259,91
Resultados transitados	9.6	99 416,73	108 097,00
		99 676,64	108 356,91
Resultado líquido do período		-7 376,87	-8 680,27
Total dos fundos patrimoniais		92 299,77	99 676,64
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.7	4 857,49	3 078,50
Estado e outros entes públicos	9.8	456,00	457,00
Diferimentos	9.4	0,00	10,00
Outros passivos correntes	9.9	3 343,40	3 386,45
		8 656,89	6 931,95
Total do passivo		8 656,89	6 931,95
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		100 956,66	106 608,59

A Direção

O Contabilista Certificado

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FIBROSE QUÍSTICA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 502533250

Moeda: (valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	6	3 590,00	3 540,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9.10	10 094,89	10 246,90
Fornecimentos e serviços externos	9.11	-2 402,63	-3 537,10
Gastos com o pessoal	7	-18 419,70	-18 470,22
Aumentos/reduções de justo valor	9.12	-1,26	-0,04
Outros rendimentos	9.14	30,42	0,00
Outros gastos	9.13	-60,08	-110,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7 168,36	-8 331,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-208,51	-349,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7 376,87	-8 680,27
Resultados antes de impostos		-7 376,87	-8 680,27
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-7 376,87	-8 680,27

A Direção

O Contabilista Certificado

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FIBROSE QUISTICA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Contribuinte: 502533250

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio Social Informação	PERÍODOS	
			2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	3 590,00	3 590,00	3 540,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-18 419,70	-18 419,70	-18 470,22
Resultado Bruto		-14 829,70	-14 829,70	-14 930,22
Outros Rendimentos		10 125,31	10 125,31	10 246,90
Gastos administrativos		-2 611,14	-2 611,14	-3 936,19
Outros Gastos	9.14	-61,34	-61,34	-60,76
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		-7 376,87	-7 376,87	-8 680,27
Resultado antes de impostos		-7 376,87	-7 376,87	-8 680,27
Resultado líquido do período		-7 376,87	-7 376,87	-8 680,27

A Direção

O Contabilista Certificado

ASSOC. PORTUGUESA DE FIBROSE QUÍSTICA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 502533250
 Moeda: (valores em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		270,00	560,00
Pagamentos a fornecedores		-2 879,64	-1 265,22
Pagamentos ao pessoal		-11 952,76	-13 686,64
Caixa gerada pelas operações		-14 562,40	-14 391,86
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-6 252,04	-6 269,72
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-20 814,44	-20 661,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-111,00	-111,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		30,42	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-80,58	-111,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		10 094,89	10 220,55
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		10 094,89	10 220,55
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		92 413,97	102 966,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.5	81 613,84	92 413,97

A Direção

O Contabilista Certificado

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FIBROSE QUÍSTICA

Anexo às Demonstrações Financeiras

2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros..	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	10
6	Rédito	11
7	Benefícios dos empregados.....	11
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
9	Outras Informações	11
9.1	Investimentos Financeiros	12
9.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	12
9.3	Outros ativos correntes	12
9.4	Diferimentos	12
9.5	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
9.6	Fundos Patrimoniais	13
9.7	Fornecedores.....	13
9.8	Estado e Outros Entes Públicos	13
9.9	Outros passivos correntes.....	13
9.10	Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
9.11	Fornecimentos e serviços externos	14
9.12	Aumentos / reduções de justo valor	14
9.13	Outros gastos.....	14
9.14	Resultados Financeiros	14
9.15	Acontecimentos após data de Balanço	15

1 Identificação da Entidade

A Associação Portuguesa de Fibrose Quística é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º215, III Série de 17-9-1992, tem a sua sede na Rua Mouzinho Albuquerque, 45 – Vila Nova de Gaia.

Para realização dos seus objetivos desenvolve as seguintes ações:

- Promover a divulgação a nível nacional, de todas as informações respeitantes a fibrose quística e dos métodos modernos de tratamento da doença;
- Proporcionar facilidades de diagnóstico, terapêutica, reabilitação e integração social dos doentes vítimas de fibrose quística;
- Ajudar moral e materialmente as famílias das crianças atingidas pela fibrose quística;
- Angariar fundos para a prossecução dos objetivos;
- Estabelecer intercâmbio com Organizações Internacionais Congéneres.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e

deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 12.4, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equip.Administrativo (informático)	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Equipamento Básico	957,64				957,64
Equipamento Administrativo	3.440,15				3.440,15
Ativo Tangível Bruto	4.397,79	0,00	0,00	0,00	4.397,79
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	957,64				957,64
Equipamento Administrativo	3.075,29	208,51			3.283,80
Depreciações Acumuladas	4.032,93	208,51	0,00	0,00	4.241,44
Ativo Tangível Líquido	364,86	- 208,51	0,00	0,00	156,35

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Programas de Computador	504,30				504,30
Ativo Intangível Bruto	504,30	0,00	0,00	0,00	504,30
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	504,30				504,30
Amortizações Acumuladas	504,30	0,00	0,00	0,00	504,30
Ativo Intangível Líquido	504,30	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas e joias	3.590,00	3.540,00
Total	3.590,00	3.540,00

7 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, no período de 2022 foram de "11" e 2021 foram de "13".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 e 2021 foi de "1".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	15.080,28	15.125,48
Encargos sobre as Remunerações	3.131,00	3.131,00
Seguros de Acidentes Trabalho	208,42	213,74
Total	18.419,70	18.470,22

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	656,75	545,75
Total	656,75	545,75

9.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas - Associados	16.390,00	13.080,00
Total	16.390,00	13.080,00

9.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Ativos financeiros - Caixa Liquidez (CGD)	37,48	38,74
Acréscimo de rendimentos	2.072,55	0,00
Total	2.110,03	38,74

9.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguro	29,69	29,69
Licença software	0,00	135,58
Total	29,69	165,27
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas anos seguintes	0,00	10,00
Total	0,00	10,00

9.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	0,00	100,00
Depósitos à ordem	21.613,84	32.313,97
Depósitos a prazo	60.000,00	60.000,00
Total	81.613,84	92.413,97

9.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	259,91	0,00	0,00	259,91
Resultados transitados	108.097,00	0,00	8.680,27	99.416,73
Total	108.356,91	0,00	- 8.680,27	99.676,64

9.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição		2021
Fornecedores	4.857,49	3.078,50
Total	4.857,49	3.078,50

9.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Passivo		
IRS	113,00	114,00
Segurança Social	333,00	333,00
Fundos de Compensação Trabalho	10,00	10,00
Total	456,00	457,00

9.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		2.446,00		2.504,57
Outros Credores		897,40		881,88
Total	0,00	3.343,40	0,00	3.386,45

9.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Doações e heranças - Donativos	10.094,89	10.246,90
Total	10.094,89	10.246,90

9.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	1.324,34	2.191,70
Materiais	0,00	483,69
Energia e fluidos	401,84	365,49
Serviços diversos	676,45	496,22
Total	2.402,63	3.537,10

9.12 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2021 e 2022 perdas por reduções do “justo valor” no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2022	2021
Fundos de Investimento - CGD	1,26	0,04
Total	1,26	0,04

9.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	0,08	0,72
Dividas incobráveis (quotas associados)	0,00	50,00
Quota - UDIPSS	60,00	60,00
Outros	0,00	0,00
Total	60,08	110,72

9.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Rendimentos		
Juros obtidos	30,42	0,00
Total	30,42	0,00

9.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Nova de Gaia, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and includes the name 'C. Trovão' written vertically below the main signature.

A Direção



A horizontal line intended for a signature, currently blank.